

Programa do PCO - 29 para as eleições municipais 2016

As eleições em meio ao golpe de Estado: a tarefa central nesse momento é organizar a luta contra o golpe

A questão central na atual etapa política é o problema do golpe de Estado em marcha em nosso País, com a derrubada do governo de Dilma Rousseff, do PT.

O que temos pela frente não é um processo eleitoral como de costume, mas uma fraude em meio a um golpe de Estado, quando os golpistas invadem sedes partidos de esquerda, a Justiça determina prisões arbitrárias de dirigentes do maior partido de esquerda do País, suspende repasses de verbas oficiais para este partido e usa de um imenso aparato policial, jurídico e de propaganda (por meio dos monopólios de publicidade) para reprimir os partidos de esquerda, cassar suas candidaturas (com mecanismos como a lei da “ficha limpa”) etc. Para controlar ainda mais o processo, a direita reduziu o tempo de campanha (para 45 dias) e diminuiu o tempo de televisão para os partidos sem parlamentares para privilegiar os partidos tradicionais da direita, entre outras medidas arbitrárias.

Os golpistas deslançaram uma enorme ofensiva tanto contra os direitos democráticos como as condições de vida do conjunto dos explorados e oprimidos. Esta ofensiva, no entanto, nada mais é do que uma pequena amostra do que estão preparando.

Ao mesmo tempo que se intensificam todo tipo de ataques contra o PT e diversas organizações operárias, está em marcha um ataque em larga escala contra as liberdades democráticas no País.

O PCO, que foi uma verdadeira vanguarda na luta contra o golpe, **defende de maneira intransigente os direitos democráticos de toda a população**, contra os ataques às suas condições de vida e pela mobilização dos explorados e de suas organizações de luta, a começar pelos partidos do movimento operário, **e luta contra o golpe** que – como assinalamos em todas as etapas da situação política, só pode ser derrotado por meio da ação revolucionária das massas, nas ruas.

O governo golpista de Temer, Cunha, Serra e toda a quadrilha da direita já sinalizou (ainda que parcialmente) que a vitória do golpe representará uma ofensiva sem precedentes contra os explorados em todos os terrenos, dos ataques contra a economia nacional – com uma nova onda de entrega dos recursos naturais (petróleo etc.), do que sobrou das estatais (Petrobrás, Correios, CEF etc.), por meio da intensificação da onda repressiva que se acentuou em todo o País contra a população trabalhadora (UPP’s e outras formas de ocupação de comunidades operárias; aumento da matança da população pobre e negra pela PM, assassinatos de sem-terra etc.), suas organizações (pesadas multas contra sindicatos, intervenção da Justiça e do MTE nas organizações sindicais de diversas formas) e contra suas lutas (brutal repressão contra as greves, decretação de “ilegalidade” das mobilizações operárias como na ditadura militar etc.).

A luta da classe operária e do seu partido não se resume à luta contra o governo burguês de plantão (antigovernismo). A classe operária luta contra a burguesia, contra o regime político burguês em seu conjunto pelo governo operário e pelo Estado operário. A classe trabalhadora e suas organizações devem lutar, ao mesmo tempo, contra a direita e a esquerda da burguesia, mas não deve confundir as duas. Denunciamos a capitulação da frente popular e os governos nacionalistas diante da direita pró-imperialista, pelos seus ataques contra a população e os interesses nacionais, mas assumimos lugar na primeira fileira da luta contra o golpismo da direita pró-imperialista que quer passar por cima da vontade da maioria nacional, dos governos eleitos pela população, das organizações construídas pelos explorados para imporem um regime de total submissão aos planos de fome e de miséria do imperialismo.

A tática revolucionária de luta contra o nacionalismo burguês e a socialdemocracia reformista é opor às suas claudicações diante do imperialismo e da burguesia um programa de luta revolucionária e confrontá-las com as exigências reais das massas.

Neste momento, predomina a ilusão de que o golpe não terá maiores consequências, exceto (!) substituir um governo pelo outro. Esta ilusão domina, inclusive, amplos setores da própria frente popular. Na realidade, a ofensiva da direita e da burguesia não para de crescer e tende ao esmagamento da classe operária em todos os terrenos e dos demais setores explorados e oprimidos. Diante disso, qualquer fantasia de “disputa eleitoral” não é apenas uma idiotice, como uma política suicida.

As eleições municipais nem estão fora do esquema golpista, nem se opõem a ele. Os golpistas precisam de uma vitória esmagadora contra a frente popular para preparar o terreno para eleições golpistas em 2018 ou outras possíveis manobras políticas para consolidar o poder dos golpistas. Ignorar este fato e lançar-se ao cretinismo eleitoral é fazer completamente o jogo dos golpistas e do imperialismo contra os trabalhadores e o povo.

Os objetivos centrais do PCO: a revolução, o governo operário e o socialismo

O Partido da Causa Operária participa das eleições como representante da luta e das reivindicações da classe operária, dos setores oprimidos da sociedade.

Sua luta central é por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Este não é o governo de uma pessoa ou um partido isolado apoiado nas massas operárias, mas o governo coletivo da classe operária e das massas exploradas.

O PCO não vem às eleições, como os demais partidos de direita e de esquerda, apresentar um programa para a administração do Estado tal como ele é hoje. Os que apresentam um “programa de governo” estão apenas saindo em defesa das reivindicações da classe capitalista, que domina o Estado. O PCO, ao contrário, não vende ilusões no regime atual, mas **apresenta um programa de luta com as reivindicações fundamentais da classe trabalhadora e demais setores explorados.**

Para tal é necessário a completa independência política diante da burguesia e seus partidos, contra a frente popular. Rejeitamos, nesse sentido, toda e qualquer política de colaboração de classes, que na tentativa de conciliar interesses que são inconciliáveis, os dos trabalhadores e dos patrões, só pode levar a atender os interesses desses últimos.

A base desta luta e principal questão neste momento é a **luta pela construção de um verdadeiro partido operário de massas.**

A burguesia, classe dominante e consciente de seus interesses têm os seus partidos. É necessário que a classe operária construa um partido que seja seu próprio instrumento de luta pelas suas reivindicações e pela conquista do poder.

Hoje, a classe operária e as massas estão órfãs de um partido que as represente. A esquerda burguesa e pequeno-burguesa fala em nome e busca o apoio dos trabalhadores, mas leva adiante uma política que favorece apenas os interesses dos patrões.

Colocar as administrações municipais a serviço dos interesses dos trabalhadores contra a burguesia

A política municipal não é um âmbito separado da política nacional. As administrações municipais não são mais que uma unidade do Estado burguês em seu conjunto. O PCO rejeita categoricamente toda tentativa de esvaziar o conteúdo político do debate eleitoral através da limitação da campanha eleitoral à discussão de problemas administrativos municipais. A eventual conquista de um município por um partido operário revolucionário seria uma importante alavanca para impulsionar a luta do conjunto da classe trabalhadora por todas as suas reivindicações vitais, tais como as que apresentamos neste programa. Os problemas que se apresentam no âmbito do município, por outro lado, nada mais são que uma expressão dos problemas que afligem a classe trabalhadora da nação como um todo. A falta de verbas para dotar os bairros operários de infraestrutura básica responde à mesma necessidade de satisfazer o parasitismo da burguesia que leva à suposta falta de verbas para a aposentadoria. A luta pela melhoria das condições de vida da população no âmbito municipal é uma luta contra o grande capital nacional e estrangeiro e o regime burguês no seu conjunto, tanto quanto uma luta contra as empreiteiras que dominam o aparelho municipal do Estado ou as grandes companhias de transporte urbano. O PCO rejeita e denuncia a tentativa de combater as reivindicações operárias com o argumento de que a legislação municipal não comporta a satisfação de inúmeras reivindicações. O PCO chama os trabalhadores a defender as suas reivindicações através da sua mobilização massiva e não através da camisa-de-força da legislação reacionária existente, criada para servir os interesses dos monopólios capitalistas.

1) Imediata suspensão de todas as obras realizadas a partir do interesse das empreiteiras e auditoria para verificar se os interesses populares foram lesados; voltar o orçamento municipal para as necessidades da maioria da população, particularmente dos bairros operários da periferia;

- 2) Controle real da administração municipal através de conselhos operários e populares com delegados eleitos em assembleias nos locais de trabalho, estudo e moradia convocadas pelas organizações de luta dos trabalhadores e da população explorada;
- 3) Pelo fim das negociações secretas entre as administrações municipais e empreiteiras de obras públicas e das licitações fraudulentas, realização de obras por meio de frentes de trabalho organizadas pela própria prefeitura como meio de utilizar a verba pública para acabar com o desemprego;
- 4) Fim do monopólio capitalista sobre os transportes públicos urbanos; estatização das grandes companhias de transporte; completa liberdade para a operação dos pequenos transportistas (perueiros);
- 5) Dissolução das guardas civis metropolitanas, aparatos de repressão auxiliares de caráter inconstitucional;
- 6) Estatização (federal) de todo o sistema de saúde, fim dos projetos privatistas, monopólio estatal do sistema de saúde pública;
- 7) Não à municipalização do ensino, formação de um sistema único estatal de ensino de primeiro e segundo grau; salário mínimo vital e móvel para os trabalhadores da educação como piso;
- 8) Controle operário e popular de todos os serviços públicos;
- 9) Fim de todo imposto sobre moradia e serviços municipais para a população assalariada, que os capitalistas que lucram com o trabalho e a vida da população da cidade arquem com todos os custos da manutenção da cidade através de um imposto único progressivo sobre o capital;
- 10) Fim de toda a legislação municipal (ou de relevância para o município) repressiva (código nacional de trânsito, multas municipais) e reforma democrática com a participação de toda a população na elaboração de uma nova legislação;
- 11) Por um conselho municipal formado por delegados das organizações populares e operárias em substituição às corruptas câmaras municipais.
- 12) **Por um governo dos trabalhadores.**

Programa Geral

I. Não ao salário mínimo de fome, por um salário mínimo vital

Por um salário mínimo vital que corresponda às necessidades básicas de uma família trabalhadora, suficiente para alimentação, moradia, saúde, educação, higiene pessoal, transporte, lazer, vestuário etc., que hoje não poderia ser de menos de **R\$ 4 mil**

II. Não às demissão, ao banco de horas, não ao contrato temporário e ao PPE A única via para os trabalhadores: redução das horas trabalhadas, trabalhar menos, trabalharmos todos. Máximo de 35 h semanais de jornada de trabalho

1) Direito e oportunidade para todos os que queiram trabalhar: completa liberdade para o pequeno comércio ambulante; acesso à previdência em igualdade com todos os trabalhadores assalariados; fim das leis que garantem o monopólio para as grandes empresas (por exemplo, no transporte público: fim das restrições ao trabalho dos perueiros);

2) Não às demissões em massa: unir os empregados e desempregados, ocupar as fábricas.

3) fim dos privilégios dos altos funcionários (pensões, altos salários, comissões e aposentadorias de juizes, oficiais, policiais e militares, parlamentares etc.); fim dos privilégios concedidos pelo Estado aos capitalistas;

4) Abaixo a terceirização. Isonomia dos trabalhadores das empresas terceirizadas com as empresas contratantes; garantia do mesmo contrato coletivo; direito à sindicalização no mesmo sindicato.

III - Abaixo a superexploração da classe operária: proibição do trabalho infantil; restrição ao trabalho dos menores, manutenção da licença-maternidade de quatro meses; subsídio para os estudantes poderem estudar sem terem que trabalhar; fim do trabalho noturno, exceto por necessidade técnica incontornável ou atendimento de extrema necessidade à população; isonomia salarial entre homens e mulheres; fim da utilização do estágio como forma de pagar baixos salários, para trabalho igual salário igual;

Abaixo a "reforma da Previdência": diminuição do tempo necessário para se aposentar, 30 anos para os homens, 25 para as mulheres; aposentadorias dignas, para que o aposentado não precise

voltar ao mercado de trabalho, a não ser que queira: aposentadoria igual ao último salário da ativa, reajustado de acordo com a categoria profissional e com o acordo coletivo;

IV. Que os patrões arquem com os custos da crise

1) Cabe aos patrões suportar o ônus da crise que criaram: salário desemprego pago enquanto o trabalhador permanecer sem contratação, igual ao último salário da ativa, financiado por um imposto sobre os lucros das empresas;

2) Isenção de pagamento de todos os serviços públicos para os desempregados (gás, água, luz, prestação da casa própria, telefone, IPTU, taxa de lixo etc.); subsídio estatal para o pagamento do aluguel para os trabalhadores desempregados; re-estatização de todos os serviços públicos; estabelecimento de um teto máximo de 10% do salário para o conjunto das tarifas públicas para todos os trabalhadores, financiado por um aumento de tarifas para as grandes empresas; que as empresas arquem com as necessidades básicas dos trabalhadores que demitirem (atendimento médico, escola, cesta-básica etc.).

3) Nenhum imposto sobre os trabalhadores e o consumo, que os patrões sustentem o Estado: fim de todos os impostos sobre o salário e sobre o consumo popular; por um imposto único sobre os lucros dos capitalistas, sobre a especulação financeira e o consumo de artigos de luxo; fim do IPTU, taxação dos imóveis de luxo, vagos e de aluguel;

2) Fim dos parasitismo financeiro e dos juros extorsivos: estatização do sistema financeiro, banco estatal único sob o controle dos trabalhadores; crédito subsidiado para o consumo e para pequenas empresas; desconhecimento das dívidas das pequenas empresas e dos consumidores endividados; cancelamento da dívida interna do Estado devida aos grandes capitalistas, preservação dos pequenos investidores e poupadores;

V. Em defesa dos camelôs, perueiros e todos os desempregados que são reprimidos pelos governos burguesas na luta pela sobrevivência

1) pelo fim da repressão ao perueiros, camelôs, ônibus alternativos etc.2) Pela ajuda do estado com crédito subsidiado aos pequenos comerciantes e prestadores de serviço.

VI. Trabalho e Terra

1) Plano de obras públicas do Estado para a realização de obras essenciais; plano de construção de moradias populares, sob o controle das organizações operárias;

2) Reforma agrária com expropriação do latifúndio; imediato assentamento em todas as terras ocupadas; fim da repressão aos sem-terra; financiamento para os agricultores assentados e aos pequenos agricultores para a compra de máquinas e fertilizantes e condições de distribuição dos seus produtos; fim do subsídio ao grande capital agrário; expropriação de todos os grandes devedores (álcool etc.)

3) fim da repressão aos sem-terra; punição para todos os assassinos de sem-terra e seus mandantes; liberdade para todos os presos políticos, fim de todos os processos fraudulentos e intimidatórios contra os sem-terra e suas lideranças; dissolução das milícias paramilitares dos latifundiários; organizar a autodefesa dos trabalhadores rurais.

4) Abaixo o parasitismo do capital monopolista: expropriação do grande capital nacional e estrangeiro.

VII. Contra o imperialismo

1) Não pagamento da dívida externa e interna;

2) Fim das privatizações, cancelamento de todas as privatizações realizadas sem indenização aos aproveitadores, controle operário das empresas estatais;

3) Expropriação dos bancos e de todo o grande capital nacional e estrangeiro. Estatização da saúde, da educação e de todos os serviços públicos fundamentais;

4) Fora o FMI, cancelamento de todos os acordos políticos, econômicos e diplomáticos ditados pelo imperialismo

VIII. Contra a política de seguidismo à burguesia e ao seu governo: pela organização independente da classe operária e das massas exploradas

1) Direito de sindicalização para os desempregados; formação de comitês de luta dos desempregados; que a CUT e os sindicatos sejam controlados por todos os trabalhadores, os empregados e desempregados, sindicalizados e não sindicalizados;

- 2) Abaixo a burocracia sindical; por uma nova direção, classista e de luta, para os sindicatos; pela formação de correntes de oposição, antiburocráticas e de classe em todos os sindicatos; por uma nova direção para a CUT;
- 3) Por um partido operário independente.

IX. Abaixo a ditadura civil, pelos direitos democráticos dos trabalhadores e da população oprimida

- 1) Direito de greve;
- 2) Plena liberdade de organização sindical;
- 3) Fim da censura, liberdade de expressão.
- 4) Liberdade para todos os presos políticos, fim dos julgamentos fraudulentos. Punição para os assassinos dos trabalhadores. Dissolução da PM e de todo o aparato repressivo. Direito da população a se armar. Substituição da polícia e do exército permanente e controlado pelo Estado por um sistema de milícias populares.
- 5) Liberdade de organização partidária; iguais condições de acesso de todos os partidos aos meios de comunicação de massa;

X. Em defesa da produção de cultura nacional, acesso do povo à cultura

- 1) Estatização das grandes empresas privadas do setor cultural. Ou seja, que o Estado detenha o monopólio da grande produção cultural no país (cinema, música, televisão), retirando-a das mãos dos grupos capitalistas privados. Os investimentos seriam definidos a partir de uma ampla e democrática discussão com a comunidade artística e representantes do movimento operário e popular.
- 2) Proteção da indústria cultural nacional, através da imposição de barreiras (sobretaxação) à importação de produtos culturais (filmes, discos etc) de baixa qualidade. Os critérios seriam igualmente definidos por organismos criados com representantes da área artística e do movimento operário e popular.
- 3) Incentivo ao pequeno produtor artístico, com concessão de crédito estatal barato e acesso à infraestrutura e assistência técnica necessária.
- 4) Destinar o grosso dos investimentos públicos diretamente para o benefício da população: criação de escolas de teatro, música, dança etc; oferecimento de cursos e oficinas em larga escala; construção de cinemas e teatros nos bairros pobres, com ingressos a preços acessíveis; entre outras. Com isso, o governo estaria criando canais para que a população manifeste seus dotes artísticos e, também, tenha acesso à grande produção cultural (filmes, peças teatrais, shows musicais e de dança etc).

XVI. Contra os governos patronais e sua política antioperária: lutar por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo

Os trabalhadores podem chegar a formar um governo de classe, embora seja improvável, sob o regime burguês, em escala municipal, estadual ou nacional. No entanto, este governo será sempre nada mais que um episódio e um instrumento na luta incessante entre a mobilização revolucionária da classe operária e dos explorados e a ação contrarrevolucionária da burguesia pelo poder efetivo do Estado.

A classe operária e os explorados da cidade e do campo podem e devem se apoderar das alavancas do poder estatal para colocar em prática um programa que sirva aos seus interesses contra a burguesia.

O conjunto destas reivindicações constituem, na realidade, a base e o programa central de um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, um governo sem patrões, dominado pelas organizações da classe operária das cidades e dos trabalhadores do campo, resultado da derrota política dos patrões e da quebra de seu regime político, ou seja, da sua dominação sobre a esmagadora maioria da população.